

Empresa nacional tenta influenciar os constituintes

SÃO PAULO — A reação das empresas nacionais à notícia de que as estrangeiras estariam formando um fundo de US\$ 2 milhões para tentar influenciar nas votações do segundo turno da Constituinte não se fez esperar: 18 associações de empresas nacionais estarão reunidas dia 27, em Brasília, para discutir a criação da Câmara Brasileira das Empresas Nacionais, que defenderá a manutenção das propostas que dão tratamento privilegiado às empresas nacionais.

Segundo o presidente da Associação das Indústrias Brasileiras de Produtos para Laboratórios, Pedro Alexandro Ynterian, a entidade deverá continuar existindo mesmo depois de promulgada a Constituição. Como ela deverá criar (pelo menos assim ele espera) novo conceito, o de empresa brasileira de capital nacional, "será necessária uma entidade que represente os interesses dessas empresas específicas", disse Ynterian. "Não sou contra o capital estrangeiro, mas sou a favor de existir diferenciação com o capital nacional."

Dinheiro — Segundo ele, US\$ 2 milhões — a quantia que as multinacionais estariam dispostas a gastar no segundo turno da Constituinte, segundo porta-voz do grupo admitiu na segunda-feira passada —, "É muito pouco". Para Ynterian, "elas gastaram muito mais do que isso no primeiro turno e deverão gastar ainda mais no segundo".

Ele disse que "já no primeiro turno da Constituinte, esse escandaloso derrame de dinheiro também foi realizado e uma multinacional distribuidora de petróleo se pavoneava, nos corredores do Congresso, para quem quisesse ouvir, que havia distribuído mais de US\$ 20 milhões para manter suas concessões". Ynterian, no entanto, não quis revelar o nome da distribuidora: "Não tenho como provar, mas o governo tem. É só fazer levantamento na contabilidade das grandes multinacionais e encontrará as provas".

Ao tomar conhecimento dessas acusações, o recém-leito presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina (Abifina), Roberto Teixeira, comentou que "o Ynterian é muito explosivo". As acusações, segundo Teixeira, são bem do estilo dele (Ynterian)", disse concordar com as posições de Ynterian, "mas não com a forma como são colocadas".

Reunião — Segundo Teixeira, estarão reunidas em Brasília, dia 27, associações das áreas de farmacos, química fina, mineração, produtos para laboratórios, informática e transporte de combustíveis. Disse que os três principais pontos serem defendidos junto aos constituintes são: diferenciação entre empresas de capital nacional e estrangeiro; prioridade nas compras do Estado para as empresas de capital nacional; o reconhecimento de patentes no caso de produtos farmacêuticos.

Tanto Teixeira quanto Ynterian condenam as posições do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, por se colocar contra esses pontos. "Amato não está mais representando a indústria nacional, mas sim o capital estrangeiro", disse Ynterian. Amato, ao criticar as tendências protecionistas da economia asileira, disse várias vezes que "estamos na contramão da história", o que é rebatido por Ynterian: "Quem está na contramão da história é ele, que quer abrir o país ao capital estrangeiro."

Ricardo Beliel — 6/8/87



Ret: os empréstimos devem ser pagos

Flupeme não aceita perdão para dívidas

Na próxima quarta-feira, o presidente da Flupeme (Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa), Benito Paret, entrega aos líderes dos partidos e ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, a alternativa do resarcimento à anistia das dívidas contraídas durante o Plano Cruzado. "Não vamos aceitar coisas como a anistia, que são coerentes, só porque são politicamente simpáticas", diz o presidente da Flupeme.

A Associação propõe que todos os empréstimos contraídos no período de 1º de março a 31 de dezembro de 86, e ainda não pagos pelos pequenos e médios empresários, sejam calculados com base nas taxas de juros utilizadas na época de contratação. As taxas chegavam a até 4% ao mês. De acordo com os critérios firmados, que essas dívidas sejam parceladas em 36 meses. E que o limite determinado pela Constituinte para definir o faturamento de uma empresa e determinar se ela é pequena, ou não, seja os que estavam em vigor na época, de até 85 mil MVR (Menor Valor Referencial), cerca de Cz\$ 340 milhões e não as atuais 25 mil TNs.

Paret propõe, ainda, que seja criado um Fundo de Aval constituído por percentual do lucro do sistema bancário que sirva para o refinanciamento dessas operações. "Inicialmente a condição era o aval comercial, ou seja, a assinatura do empresário, depois os bancos passaram a exigir hipotecas ou bens para avalizar as operações, hoje muitos empresários estão correndo o risco de perderem suas casas", argumenta. Quanto à rede bancária, a Associação exige ainda o cumprimento das linhas de financiamento existentes para o pequeno e médio empresário, que segundo ele, "não são cumpridas". Isso só seria possível, argumenta, através de uma fiscalização efetiva do Banco Central.

Um outro sério problema, que segundo Paret levou a Constituinte a aprovar a anistia, foi tratar igualmente empresários do setor rural e urbano. "O pequeno empresário urbano teve a imagem de caloteiro que foi, na realidade, reivindicada pela UDR e não por nós", afirma. Em função disso, argumenta que o setor rural sofre os problemas de uma política agrícola de preços mínimos e não uma inadimplência coletiva fruto da política econômica do governo.

Paret lembra que estas medidas têm que ser tomadas em caráter de urgência através de lei ordinária, auto-regulamentada, e após a sua sanção seja retirada a anistia das disposições transitórias.

Segundo levantamento da Flupeme, existiriam hoje cerca de 150 mil empresas endividadas no país, das quais 20% a 30% no Rio de Janeiro. Na Justiça, Paret acredita que existem cerca de 30 mil ações desses empresários, que contraíram na época cerca de Cz\$ 12 bilhões, cerca de Cz\$ 56 bilhões em valores atualizados em junho passado.

ANC 88

Do 06 e 10

Governo quer derrubar artigos da nova Carta que aumentam despesas

BRASÍLIA — Um levantamento concluído na semana passada pelo Ministério da Fazenda, a pedido do Gabinete Civil, identificou artigos do projeto de Constituição que podem aumentar despesas públicas ou estimular a burocratização. O levantamento será discutido hoje, em reunião das lideranças políticas do governo com o presidente José Sarney e o ministro Mailson de Nóbrega.

A intenção do governo é derrubar esses artigos na votação em segundo turno pela Constituinte. Na repartição das receitas públicas (artigo 165, item I, letra "c"), ficou estabelecido que a União destinará 3% da arrecadação dos impostos de renda e sobre produtos industrializados, "para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional".

Burocracia — No entendimento da Fazenda, isso significa vincular parte da arrecadação federal aos bancos do Nordeste e da Amazônia. Como não existe um banco de desenvolvimento regional no Centro-Oeste, está criado espaço para a montagem de mais um aparato burocrático federal.

Outro exemplo: no artigo 233, criou-se o direito dos maiores de 65 anos ao transporte urbano gratuito. Como não está especificada a fonte de recursos, os técnicos da Fazenda entendem que esse subsídio terá de ser bancado pelos trabalhadores de baixa renda — que mais utilizam o transporte coletivo — ou pelo setor público.

Ao definir que "a lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreo, marítimo e terrestre", o artigo 184, parágrafo 2º, leva, segundo o entendimento técnico da Fazenda, à regulamentação de um setor que é considerado uma atividade econômica como outra qualquer. A Fazenda teme que isso implique mais controle burocrático — com suas despesas — e até mesmo a cartelização do setor de transportes, com prejuízo para as pequenas empresas.

Já o artigo 200, item I, que trata da seguridade social, não cria despesas, mas pode dar lugar à instituição de um sistema tributário paralelo. O artigo determina que a seguridade social será financiada mediante contribuições "dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro".

A contribuição da previdência hoje é calculada sobre a folha salarial, mas passará a se confundir com o Pis e o Finsocial, se for cobrada sobre o faturamento das empresas, e com o Imposto de Renda, se calculada sobre o lucro.

Outra disposição constitucional que a área econômica quer derrubar é o item II do mesmo artigo 165. Aí foi criada uma nova transferência de recursos do IPI, a ser repassada aos Estados proporcionalmente à exportação de produtos manufaturados. Além de reduzir a receita da União a transferência só beneficiará os Estados mais ricos, entendem os técnicos da Fazenda.

A esse elenco de artigos, o levantamento da Fazenda acrescenta itens já conhecidos, como a limitação dos juros em 12% ao ano, o fim dos contratos de risco, a definição de empresa nacional e as anistias fiscal e de dívidas contraídas durante o Plano Cruzado. A anistia fiscal retroage a 31 de dezembro de 1987 e pode afetar a arrecadação do Imposto de Renda ainda este ano.

A limitação dos juros significa uma camisa de força para a política monetária. A Fazenda entende que os juros devem ser baixos no longo prazo, mas a curto prazo pode ser preciso elevar as taxas para coibir a especulação e o aumento da demanda. Os demais artigos refletem uma posição xenófoba, que não atraem capitais para o país, entende a Fazenda.

"Vamos investir na redução de despesas, já que será difícil alterar a repartição das receitas", diz o secretário-geral da Fazenda, Paulo César Ximenes. Pela repartição aprovada no primeiro turno, a União perderá 18% de seus recursos em 1989, até 22% em 1993.

Funcionário público terá folha unificada

BRASÍLIA — O Ministério da Fazenda vai criar a partir de janeiro um sistema unificado de folha de pagamento para todo o setor público federal. O sistema, já apelidado de *Folhão*, funcionará na Secretaria do Tesouro, paralelo ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), que controla a execução do orçamento da União.

Segundo o secretário-geral de Fazenda, Paulo César Ximenes, o *Folhão* vai abrir a caixa-preta que hoje é o Siafi. A Secretaria do Tesouro controla através do Siafi, a destinação dos recursos do orçamento, mas no que se refere à folha de pagamentos, não conta com o detalhamento do número de funcionários, salários e gratificações.

Com isso, o Tesouro depende exclusivamente das projeções de gastos que são enviadas pelos ministérios, fundações, autarquias e pelos poderes Legislativo e Judiciário. O Ministério da Fazenda não tem nem mesmo um controle total sobre sua folha de salários, que apresenta distorções.

Depois do *Folhão*, a operação da folha de pagamentos continuará descentralizada, mas o Tesouro passará a dispor de um controle centralizado de todo o quadro de pessoal pago com recursos da União.